

MINUTA - REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	17/12/2020
Reunião:	6.ª Reunião do Grupo de Trabalho Mananciais
PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Silvia Marie Ikemoto	INEA
Flávio Monteiro	AGEVAP
Natalia Ribeiro	AGEVAP
Licius de Sá	FIPERJ
Luis Eduardo Amorim	CBH Piabanha
Rosana Silva	Água e Solo
Lauro Bassi	Água e Solo
Elisa Kich	Água e Solo
Vera Lúcia Teixeira	O Nosso Vale! A Nossa Vida
Paulo Henrique Reis	CEDAE
Carlos Ronald Macabu	Prefeitura de Campos dos Goytacazes
João Gomes	CBH-BPSI
Tipo:	Videochamada
Local:	Google Meet
RELATO DA REUNIÃO	
<p>Item 1 – Aprovação do registro da última reunião (17/11/2020)</p> <p>A Sr.ª Marie Ikemoto (INEA) dá início a reunião lendo a sua pauta. Após a leitura, ela segue para o primeiro item de pauta e pergunta se o grupo tem alguma consideração em relação ao registro da última reunião, não havendo o mesmo é aprovado.</p> <p>Item 2 - Discussão e análise de riscos na estratégia de execução do Programa Mananciais, demanda de ajustes e suas possíveis implicações para o Plano de Trabalho da Empresa Água e Solo; e</p> <p>A Sr.ª Marie Ikemoto (INEA) inicia o item lembrando a última reunião, falando sobre as apresentações feitas pelo Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) e pela empresa Água e Solo. Depois ela passa a palavra ao Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) para apresentar um panorama geral do plano de trabalho. O mesmo informa que vai compartilhar com o grupo dois arquivos para que analisem: um documento com alguns critérios de hierarquização e um outro documento com um manual para que o grupo dê sugestões. Seguindo com sua apresentação, explica sobre a tabela de hierarquização dos CBHs do Programa Mananciais. Os critérios de hierarquização são: as respostas de cartas enviadas aos CBHs, possibilidade de contrapartida e hierarquização já feita em suas próprias microbacias pelos CBHs Afluentes. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) fala também sobre um possível acordo de cooperação técnica junto a Emater Rio. Continuou falando sobre as etapas para se chegar no PRISMA, que são</p>	

elas: mapear as sub-bacias, priorizar as sub-bacias e depois mapear as microbacias. Explica também a importância da mobilização da comunidade e que é preciso realizar o diagnóstico, validá-lo e depois criar o primeiro prisma. Ressalta que seguir todas as etapas do processo é fundamental para um bom resultado no futuro, seguindo a apresentação o mesmo fala sobre a hierarquização de atendimento aos CBHS e quais critérios serão utilizados para tal. O mesmo fala sobre o tempo gasto para cada PRISMA em relação ao tamanho da equipe e aborda a importância de que quando se começar em um PRISMA deve se fazer o mesmo até o final, faz uma observação sobre a questão da pandemia dificulta a ida até a área da microbacia, mas salienta a importância de se ter paciência para que os PRISMAS sejam feitos da melhor forma possível. Posteriormente a Sra. Elisa Kich (Água e Solo) fala sobre o critérios de seleção para as sub-bacias, explicando os dois tipos de critérios, que são os de criticidade ambiental: áreas de contribuição dos pontos de captação para abastecimento, população atendida pelo ponto de captação, degradação das áreas de app, densidade de nascentes, suscetibilidade a erosão (perda de solo), áreas prioritárias para restauração florestal em áreas de interesse para proteção e recuperação de mananciais, fragmentos florestais de vegetação. E os de Mobilização Social que são: Ações de sindicatos e organizações de assistência técnica, ações e projetos de prefeituras, existência e/ou experiências logradas de outros projetos, percentagem de propriedades com cadastro ambiental rural e sub bacias ser considerada prioritária no plano de bacia. A palavra volta ao Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) que fala sobre os focos do PRISMAS, que são: conservação dos serviços ecossistêmicos, recuperação dos serviços ecossistêmicos e desenvolvimento territorial da micro bacia. O mesmo ressalta a importância do primeiro PRISMA em relação aos demais, sobre a relação com o agricultor, os resultados do programa Rio Rural, relacionando esses resultados aos ganhos que a microbacia. O Sr. Flavio Monteiro (AGEVAP) inicia sua apresentação falando sobre a Agenda 4, explicando as ações e objetivos da agenda, fala também sobre o orçamento disponível até 2035 para o programa, explicando o planejamento orçamentário e financeiro dessa agenda e de como será aportado o recurso em cada uma das suas linhas. Menciona também sobre o planejamento em relação ao orçamento para os anos de 2020/21 para o Programa Mananciais e também sobre o tempo necessário para a elaboração dos PRISMAS pela empresa. Explica que existia um planejamento em que se considerava a expansão da Escola de Projetos e com isso haveria técnicos mais próximos as bacias, porém já foi decidido em reunião que não será possível. Menciona também sobre as possíveis novas contratações para a área técnica da AGEVAP, mencionando o debate realizado no âmbito da última reunião da CTC do CEIVAP. O Sr. André Marques (AGEVAP) explica que, a princípio, haverá o acréscimo de 3 pessoas especialistas em recursos hídricos à Escola de Projeto, sendo os mesmos focados no Programa Mananciais. Fala que essa hipótese ainda está sendo discutida com a Diretoria do CEIVAP, explicando que o processo de contratação desses funcionários seria específico, e que seriam contratados exclusivamente no programa, recebendo o piso salarial de engenharia, tendo posto de trabalho na sede da AGEVAP, mas que com a adoção do home office eles não precisariam ficar literalmente em Resende. Ressalta ainda que que isso ainda será debatido em reunião para a criação do edital. O Sr.

Licius de Sá (FIPERJ) comenta sobre um debate ocorrido na CTC do CEIVAP em específico sobre esses novos funcionários ficarem lotados em Resende e sugere que se posicione os contratados de acordo com a hierarquização das sub-bacias definidas, atuando junto aos CBHs mais atrasados. O Sr. André Marques (AGEVAP) menciona que a sugestão será enviada a diretoria e debatida. O Sr. Flavio Monteiro (AGEVAP) segue sua apresentação falando sobre os pontos a serem debatidos em relação à programação orçamentária e sobre a alteração na quantidade de PRISMAS a serem elaborados no contrato da Água e Solo ressaltando que insto implica na necessidade de arranjos para reprogramação contratual.. Ressalta a necessidade de se fazer o primeiro PRISMA para se ter uma noção do tempo gasto pela empresa para essa criação. Apresenta dois cenários de ajuste contratual dado a redução da quantidade de PRISMAS de 14 para 7 dada a nova estratégia de aceleração da implantação do Programa Mananciais. Reitera que para o primeiro ciclo serão apenas 7 PRISMAS e que para estes já existe uma programação financeira para a execução das obras de forma contínua. Se mantida a entrega de 14 PRISMAS, haveria a necessidade de antecipar a fase de projeto do 2º ciclo do Programa, resultando em 7 PRISMAS que demorariam pelo menos 3 anos para terem suas obras iniciadas. Ressalta que há perda significativa de mobilização neste caso, gerando expectativas e possível desmobilização. Entre os cenários sugeridos, a redução da quantidade de PRISMA seria compensada pela expansão do serviço de apoio técnico administrativo, ficando a empresa por 36 meses junto ao projeto, já realizando o primeiro PRISMA no primeiro semestre de 2021 e subsequentemente seriam feitos ao longo de 12 meses.. A Sr.^a Marie Ikemoto (INEA) pede ao Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) para comentar sobre a mudança na etapa de seleção, conforme sugerido na última reunião do GT-Mananciais, substituindo a etapa de seleção de anteprojetos pela seleção de microbacias baseada na metodologia proposta pela Água e Solo. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) explica que conversou com a Assessoria Jurídica da AGEVAP e que esta se manifestou positivamente em relação a escolha das áreas por critérios de hierarquização, por considerar que uma chamada pública só deveria ser exigida se fosse selecionada ter como tomador uma empresa ou instituição local. Após a finalização da apresentação o Sr. João Gomes (CBH-BPSI) pede a palavra e fala sobre a dificuldade em relação a mobilização dos produtores e da importância dessa mobilização. Solicita que a empresa foque também nas nascentes principais das áreas que são consideradas prioritárias em suas apresentações. Menciona sobre a importância de se existir um monitoramento antes e depois das obras na área. Além disso o mesmo fala sobre a importância da mobilização das UD's, e ressaltando que as bacias do Pomba e Muriaé não são prioritárias para o abastecimento de Minas Gerais, mas são de suma importância para a bacia do CEIVAP. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) ressaltando que a mobilização já começou, e também que quando discutirem diretamente nos Comitês vai ficar mais prático para se debater os itens de forma mais detalhadas. A Sr.^a Marie Ikemoto (INEA) aborda que o foco do projeto são os mananciais de abastecimento público. A mesma fala também sobre o seu receio em relação a quantidade de PRISMAS a serem feitos e que considera que a proposta de reduzir a quantidade ou de aumentarem o tempo de trabalho junto à empresa é boa. Mas ressaltando a importância de observarem como irá

caminhar o primeiro PRISMA para saberem o tempo gasto. Pergunta se existe ainda o recurso adicional da possível integração com PROTRATAR e quando seria contratada a gerenciadora de obras já que com a nova estratégia de aceleração as obras seriam iniciadas logo após a conclusão da elaboração de cada PRISMA. Fala também sobre a contrapartida dos CBHs, de sua importância e de como está sendo planejada a forma que será feita. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) responde dizendo que a programação orçamentária do PIRH considerava o saldo remanescente e a expectativa de arrecadação até 2035, sendo a mesma apresentada no início da reunião. Informa que o que se tem programado em termos de recursos financeiro está descrito no POA e no próprio MOP e o saldo da linha 3.1.2 do antigo plano e reserva recursos para o contrato com a Água e Solo e também para a licitação das primeiras obras e da gerenciadora ao longo do ano de 2021. Aborda a importância de se concentrar em 7 PRISMAS, uma vez que não há programação financeira para a execução de obras em 14 PRISMAS imediatamente. Menciona sobre a gerenciadora, indicando que a contratação deverá ser planejada ao longo do primeiro semestre de 2021 e que preferencialmente a mesma deve ser contratada antes da empreiteira. Fala que tudo será apresentado ao GTe que devem pensar na quantidade de gerenciadoras a serem contratadas também. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) também se propõe a já trazer na próxima reunião um desenho dessa contratação da gerenciadora. O Sr. Licius de Sá (FIPERJ) que fala sobre as contratações para a Escola de Projetos e que o grupo responsável por essa decisão deve se reunir e colocar de forma escrita quais serão as contratações e quantas vão ser. Também pergunta sobre a quantidade de recursos existentes, se essa quantia é suficiente para a execução dos 7 PRISMAS e solicita uma resposta formal da AGEVAP sobre a questão dos recursos que viriam para a integração com o PROTRATAR. Fala que gostaria de saber se ainda existe esse recurso e pede ao Sr. André Marques (AGEVAP) ou o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) que possam responder a essa dúvida. O Sr. Licius de Sá (FIPERJ) também fala que o CBH R2R já está bastante adiantado nos aspectos relacionados a criação do PRISMA e com isso já adiantaria o resto da fila. O Sr. Luis Eduardo Amorim (CBH - PIABANHA) diz que está satisfeito com o andamento dos afazeres do grupo e pede a apresentação realizada pelo Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) e a gravação da reunião para poder replicar em seu GT. O mesmo também fala sobre o novo marco do saneamento abordando que o recurso do PROTRATAR vai ter que mudar de lugar e torce para que com essa mudança esse recurso vá para o Mananciais, ressaltando concordar com a posição do CBH-R2R na hierarquização que já está feita, além de falar sobre a importância do fortalecimento do programa. O Sr. André Marques (AGEVAP) explica como funciona os recursos dentro do PAP. E menciona que o PAP este ano foi feito apenas para o ano de 2021, como se fosse um aditivo para que aguardem a finalização do PIRH/PS e do MOP. Fala sobre a importância das definições de valores para licitar e também sobre a importância das aprovações de sub-bacias pelas plenárias dos CBHs e que isso deve estar muito bem fundamentado. Menciona sobre o questionamento do Sr. Licius de Sá (FIPERJ) e fala que existem recursos na agenda marrom e espera que em um futuro esses recursos migrem para outras agendas. O Sr. Licius de Sá (FIPERJ) menciona sobre um possível recurso que foi oferecido no passado e que esse recurso advindo

do PROTRATAR para o Mananciais e ressalta sua dúvida a respeito disso, e que gostaria de saber qual era a linha desse recurso e porque o mesmo foi oferecido, para se tentar buscar novamente esse recurso. E pede a coordenadora do GT para que se torne uma demanda por escrito respondendo onde estaria esse recurso. O Sr. André Marques (AGEVAP) menciona que pode responder ao questionamento e que o Sr. Licius pode estar confundindo orçamento com financeiro. O Sr. Luis Eduardo Amorim (CBH - PIABANHA) aborda que o marco do saneamento vai vigorar e que vai impactar bastante. Além disso o mesmo aborda a necessidade de um fortalecimento da AGEVAP. O Sr. João Gomes (CBH-BPSI) fala sobre a importância de se respeitar as diretrizes já definidas pelos CBHs e que é importante reforçar a AGENDA AZUL. Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) conclui a apresentação solicitando definição do grupo a respeito da logomarca do Programa Mananciais tendo em vista que existem duas logos sendo utilizadas e que não houve definição a respeito disso. Informa ainda que a ficha de projeto para desenvolvimento da Plataforma de Gestão do Programa Mananciais ainda pode ser acessada e receber contribuições do grupo. Sr. André Marques (AGEVAP) sugere que a logo do programa deva fazer uma alusão à integração. A Sra. Marie Ikemoto (INEA) lê uma síntese dos encaminhamentos a serem decididos pelo GT que são: o envio das apresentações e da gravação da reunião aos membros, que se faça a apresentação de uma proposta de logo para o Programa Mananciais que remeta a integração; detalhamento dos recursos previstos para integração Mananciais PROTRATAR; ajuste do contrato com a Água e Solo após conclusão do 1º PRISMA e apresentar proposta de estratégia da contratação de gerenciadora e o rebatimento no planejamento orçamentário. O Sr. Licius de Sá (FIPERJ) aborda que não vê necessidade de uma nova reunião para se debater os critérios de hierarquização das microbacias visto que o grupo não surgiu com dúvidas a respeito desse item. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) informa que alguns CBHs não responderam a última carta enviada a respeito do Programa Mananciais, e informa que alguns CBHs informaram a disponibilidade da contrapartida, entretanto leva um tempo até o recurso ficar disponível pois deve ser deliberado em Plenária. Menciona que precisam aguardar o fim da criação do PRISMA para saberem quanto será investido pelo CBH e quanto será pelo CEIVAP. O grupo entra em um debate de como seria melhor definida a contrapartida. O Sr. André Marques (AGEVAP) ressalta a importância de pensarem em um valor de contrapartida, pois caso não haja poderá causar problemas ao CEIVAP, e que é importante ter um percentual. O Sr. Licius de Sá (FIPERJ) aborda que o projeto vai integrar e todos os 7 CBHs e que nenhum deve deixar de ser contemplado caso não haja recurso para contrapartida. O mesmo ressalta que não existe concorrência entre os CBHs e que os mesmos podem conversar e definir esse percentual de contrapartida. Finalizou falando sobre projetos relacionados ao Programa Mananciais que já estejam sendo executados na bacia e que poderiam ser considerados contrapartida. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) sugere que junto a discussão sobre as microbacias nos grupos de trabalho dos comitês, estes também discutam sobre o aporte de recursos pelos CBHs para a contrapartida. O grupo realizou um pequeno debate sobre o estabelecimento de um percentual mínimo para contrapartida dos CBHs. Definiu-se que não seria definido um percentual mínimo mas que o debate dentro dos CBHs

deveria ser encaminhado no sentido de garantir o máximo de recursos. O Sr. Licius de Sá (FIPERJ) pede que conste no registro que seja considerada como contrapartida também a contrapartida não financeira, como os investimentos feitos pelos CBHs em projetos e estudos relacionados ao mananciais. A Sr.^a Marie Ikemoto (INEA) sugere que essas contrapartidas não financeiras sejam contabilizadas de uma forma diferente e que se haja um planejamento em cima disso. O Sr. Luis Eduardo Amorim (CBH - PIABANHA) concorda em relação a contrapartida não financeira, mas defende a ideia de que a contrapartida seja de 1%. O Sr. João Gomes (CBH-BPSI) pergunta se cada PRISMA vai ter um valor fixo. A Sr.^a Marie Ikemoto (INEA) disse que existe um valor fixo para cada PRISMA e esse valor é de 2,5 milhões para obras e o que o CBH adicionar vai tornar mais robusto ainda.

ENCAMINHAMENTOS:

Envio pela AGEVAP das apresentações e da gravação da reunião aos membros. Para a próxima reunião serão apresentadas: uma proposta de logo que remeta a integração; detalhamento dos recursos previstos para integração Mananciais PROTRATAR; uma estratégia de contração de gerenciadora; e ajuste no cronograma de trabalho da empresa Água e Solo conforme o 1º PRISMA.

Item 3 - Assuntos Gerais

Não havendo assuntos gerais a serem tratados a reunião é encerrada.

Início:	9h30	Encerramento	12h45
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		